

Educador debate a Lei de Base

O presidente da Associação de Pais e Alunos, Luiz Cassimiro dos Santos, vai defender o projeto de co-gestão para as escolas de 1º grau na 5ª Conferência Brasileira de Educação, que será realizada de 2 a 5 de agosto, na UnB. O tema central da Conferência será Uma Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira que deverá ser formulada na votação da legislação ordinária, logo após a promulgação da Constituinte.

A abertura será no Ginásio Cláudio Coutinho, às 9h, com a presença do reitor da UnB, Cristóvam Buarque, e do secretário de Educação, Fábio Bruno. Paralelamente acontece o 1º Simpósio da Conferência sobre as Perspectivas para a Educação na Sociedade Brasileira com os deputados Florestan Fernandes (PT/SP), Hermes Zaentli (PSDB/RS) e Octávio Elisio (PSDB/MG). Todas as outras palestras — 60 por dia — vão se realizar nos anfiteatros da UnB.

O professor Arão Paranaguá, membro da comissão organizadora, informou que vão participar 200

conferencistas de renome de diversos Estados e cerca de 5 mil educadores, pesquisadores e representantes de entidades de ensino. A expectativa é conseguir uma influência maior nos rumos da educação brasileira através de idéias e sugestões para a nova Lei de Diretrizes e Base. Um ato público, no auditório Petrônio Portela (Senado), às 18h, marca a participação da Conferência no 2º turno da Constituinte.

Luiz Cassimiro, que além da Associação do DF acumula a presidência da Federação das Associações de Pais e Alunos, é o autor da idéia de se criar um modelo de escola administrado por pais e Governo. O objetivo é viabilizar as alternativas para o ensino privado que depois do Cruzado tornou inviável o acesso da classe média ao ensino particular.

A Conferência é uma promoção das Associações Nacionais de Educação (Ande) e de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e do Centro de Estudos de Educação e Sociedade (Cedes). Reúne-se a cada biênio e este ano

conta com o apoio da UnB. A proposta das três entidades é lutar pela escola pública gratuita e de qualidade.

Os três assuntos básicos serão a questão dos recursos que devem ser aplicados no ensino público: facilidades para o acesso do estudante à escola e um currículo adequado às necessidades múltiplas e realidade da sociedade brasileira. Segundo Arão Paranaguá, a atual Lei de Diretrizes e Base não reflete as necessidades do País, permitindo que 20 por cento de crianças entre 7 e 14 anos estejam fora da escola.

Paranaguá lembra que a medida em que muitos mecanismos de financiamento da educação não chegam sequer ao município a distribuição dos recursos torna-se duvidosa. Culpa a centralização pelo Governo Federal e o desvio de verbas para instituições privadas. Entre as inúmeras palestras que vão acontecer sugere-se Fundamentos Filosóficos, Sociais, Políticos e Culturais da Educação com os professores Demerval Saviane e Maurício Tragtenberg, dia 3 no anfiteatro 8, às 9h.